

**O MARXISMO HEGELIANO E A NOVA LEITURA DIALÉTICA DA
OBRA DE MARX**

**EL MARXISMO HEGELIANO Y LA NUEVA LECTURA DIALÉCTICA
DE LA OBRA DE MARX**

**THE HEGELIAN MARXISM AND NEW DIALECT READING OF
MARX'S WORK**

Antônio José Lopes Alves

Professor do Colégio Técnico da UFMG

E-mail: ajlopesalves@gmail.com

Natal (RN), v. 20, n. 34
Julho/Dezembro de 2013, p. 125-156

Princípios
Revista de filosofia

E-ISSN: 1983-2109

Resumo: O artigo a seguir apresenta uma explicitação crítica do renascimento, em anos recentes, da hermenêutica dialética da obra marxiana, consubstanciada na corrente difusamente denominada de *Marxismo Hegeliano*. Aqui se tomou para análise dois de seus mais importantes representantes: Christopher Arthur e Bertel Ollman. Cada qual à sua maneira e com pontos de partida diversos, o primeiro a pretensão de esclarecer uma pretensa lógica dialética de articulação conceitual subjacente à cientificidade de Marx, o segundo tentando responder à questão da emancipação humana, ambos têm em comum a ancoragem lógico-epistêmica da obra marxiana na filosofia hegeliana. Tendo por pressuposto o projeto de investigação recentemente desenvolvido e objetivado em tese de doutorado já defendida sobre o tema da *cientificidade da crítica marxiana da economia política*, o presente trabalho busca identificar os principais problemas e aporias teóricas da propositura de uma aproximação demasiado forte de Marx a Hegel.

Palavras-chave: Crítica da Economia Política, Cientificidade, Marx, Hermenêutica Filosófica, Hegel, Logicismo.

Resumen: El presente artículo presenta una explicación crítica del renacimiento, en años recientes, de la hermenéutica dialéctica de la obra marxista, consustanciada en la corriente difusamente denominada de *Marxismo Hegeliano*. Analiza dos de sus más importantes representantes: Christopher Arthur y Bertel Ollman. Cada uno a su manera y con puntos de partida diversos, el primero con la pretensión de esclarecer una supuesta lógica dialéctica de articulación conceptual subyacente a la cientificidad de Marx, el segundo buscando responder a la cuestión de la emancipación humana, ambos tienen en común la referencia lógico-epistémica de la obra marxiana en la filosofía hegeliana. Teniendo como supuesto el proyecto de investigación recientemente desarrollado y objetivado en tesis de doctorado sobre el tema de la cientificidad de la crítica marxiana de la economía política, el presente trabajo busca identificar los principales problemas y aporías teóricas de la proposición de una aproximación demasiado fuerte entre Marx y Hegel.

Palabras clave: Crítica de la Economía Política, Cientificidad, Marx, Hermenéutica Filosófica, Hegel, Logicismo.

Abstract: The following article presents an critique explanation of renaissance, in recent years, of the dialectic hermeneutics of the Marxian work embodied in current diffusely called Hegelian Marxism. Here was taken for analysis two of its most important representatives: Christopher Arthur and Bertel Ollman. Each in their own way and with different starting points, the first claim to clarify an alleged conceptual articulation of dialectical logic underlying the scientificity of Marx, the second trying to answer the question of human emancipation, both have in common anchoring logical-epistemic Marx's work in Hegelian philosophy. Taking for granted the research project developed recently in objectified and has defended doctoral thesis on the subject of scientific Marxian critique of political economy, this paper seeks to identify the key issues and theoretical stalemates of bringing an approximation too strong of a Marx Hegel.

Key words: Critique of Political Economy, Scientificity, Marx, Philosophical Hermeneutics, Hegel, logicism.

Introdução. No presente trabalho se expõe parte do desenvolvimento argumentativo elaborado em tese de doutorado, recentemente defendida, a qual teve por problema central a explicitação do caráter da cientificidade que conforma a crítica marxiana da economia política em sua fase madura (a partir de 1857). Na pesquisa de doutoramento, bem como em seu resultado final, buscou-se a determinação a mais precisa possível do modo como Marx propôs sua compreensão científica da produção de riqueza como capital. No decorrer deste itinerário, tanto a obra marxiana quanto a de autores que se vincularam de um modo ou outro a ela. Deste modo, o trabalho de investigação assim empreendido compreendeu não apenas a leitura rigorosa e imanente dos textos marxianos, mas, também, partindo desta, o exame, igualmente o mais criterioso possível, de autores da tradição marxista, e de outros não necessariamente a ela afiliados, que se debruçaram sobre a questão da ciência produzida por Marx.

É nesse âmbito que se situa a abordagem da vertente lógica de interpretação dos escritos marxianos. Corrente de leitura da obra de Marx para a qual a presença da dialética hegeliana, como uma simples menção ou como um elemento constitutivo, desempenha um papel central. Nesse contexto, as relações havidas entre a formulação da crítica marxiana madura da economia política e a filosofia especulativa hegeliana, em particular em sua expressão propriamente *lógica*, aparecem em relevo frente a todas as demais questões. Problema que, em geral, não foi, ou é, posto pelos comentadores da obra marxiana de maneira independente dos textos, exteriores a estes. Em muitos casos, parte-se de determinadas declarações marxianas bem situadas e circunscritas a um tema ou aspecto do mesmo, para o qual o remetimento à

filosofia hegeliana ou a certos pontos desta faça sentido, para a pura e simples atribuição de filiação filosófica ou metodológica. Uma dessas afirmações, entre as que mais são citadas, consta do *posfácio à 2ª. Edição de O Capital*, segundo a qual Marx disse ser *Schüler jenes großen Denkers*. Assertiva essa, normalmente tomada isoladamente tanto daquilo que a precede – o comportamento arrogante de simples recusa de Hegel por parte da *intelligentsia* alemã dominante à época – bem como com relação ao que a segue – a demarcação explícita da distinção, de princípio, quanto à especulatividade. Do que resulta uma aproximação demasiada dos padrões analíticos da crítica marxiana da economia política àqueles que configuraram o modo conceitual especulativo de concepção teórica da realidade. Em alguns momentos, se afirma mesmo, apesar dos pontos de distinção entre cada um dos autores ou correntes, uma subsunção ou uma compreensão dos desdobramentos analíticos de Marx como meros *casos* da dialética em geral. A teorização marxiana seria como tal apenas um capítulo da história da dialética, tomada como momento particular de uma posição filosófica geral.

Nas páginas que se seguem, discutem-se as posições mais importantes acerca desse espectro de tematizações recentes do marxismo que de maneira geral pretendem sustentar como chave interpretativa algum modo de conexão do pensamento marxiano com aquele de Hegel. O exame se voltará a duas das posições que retomando, ainda que criticamente, a herança dos *clássicos do marxismo*, intentam descobrir e demonstrar a comunidade profunda existente entre a exercitação científica marxiana e o pensamento hegeliano. Christopher Arthur e Bertel Ollman comparecem aqui como exemplos dessa atitude interpretativa frente à crítica marxiana da economia política. A dialética é de uma forma particular a cada perspectiva o centro das preocupações. Nesse sentido, caberia então procurar o quanto a dialética permanece vigendo e operando no interior do empreendimento analítico de Marx, bem como discernir as maneiras pelas quais a dialeticidade, como espírito e método da reflexão, poderia ainda configurar-se como caráter de cientificidade. O fenômeno da retomada do remetimento de Marx a Hegel se caracteriza como tendência filosófica, conforme destaca, entre outros estudiosos, Jacques Bidet,

e não propriamente uma corrente. Quando compara, por exemplo, Arthur a Sekine, ressalta que “é que não só essas duas interpretações da Capital ‘à luz da Lógica de Hegel’ falta qualquer conexão rigorosa, mas as correspondências eles respectivamente assumem são estritamente incompatíveis” (BIDET, 2005, p. 123). O que se buscará evidenciar e explicitar é exatamente uma dada posição comum propugnando uma conexão essencial da cientificidade marxiana para com a filosofia hegeliana, por detrás das incompatibilidades textuais e teóricas.

Christopher Arthur. Christopher Arthur assim define seu esforço de interpretação: “em parte, um estudo dos motivos dialéticos da obra de Marx, em parte, além disso, desenvolvimento destes temas no contexto de uma nova tendência que emergiu em anos recentes, a qual é diversamente rotulada de ‘Nova Dialética’, ‘Novo Marxismo Hegeliano’ ou ‘Dialética Sistemática’” (Arthur, 2004, p. 1). Em primeiro lugar, é importante situar o esforço empreendido pelo autor em tela como dentro de uma posição filosófica cuja matriz se define pela recuperação do espaço do pensamento hegeliano, em particular da lógica, no interior dos debates do marxismo. Retomada de Hegel que se entende como crítico das tentativas iniciais levadas a efeito nos momentos primaciais da tradição marxista já com Engels e Kautsky, por exemplo. Assim, ao mesmo tempo em que a “corrente” de interpretação autodenominada *Novo Marxismo Hegeliano* pretende exercitar o desvelamento da presença de Hegel na crítica da economia política, tenta realizá-lo num registro diferente dos modos predominantes da “ortodoxia” marxista. Com relação a própria caracterização do conjunto de autores como uma *escola*, cabe salientar que a filiação dessa maneira indicada a uma propositura teórica muito ampla e genérica não permite a qualificação desta nesses cânones. Isso porque, não obstante comungando esse propósito epistemológico comum, os diversos autores chegam a formulações bem diversas, por vezes opostas (Cf. Arthur, 2004, p. 12-15 e 64-66). Em segundo lugar, relacionado ao primeiro pontos, evidencia-se como a leitura proposta já se põe explicitamente como uma tentativa de reatar os laços entre a crítica da economia política com seu suposto

fundamento lógico, de caráter dialético. Nesse sentido, prossegue, na sequência, afirmando tratar-se de “simplesmente um retorno para *as fontes*, fazendo um estudo sério do que Hegel e Marx realizaram com respeito à dialética” (Arthur, 2004, p. 3). Desse modo, “preferencialmente se focaliza a lógica de Hegel e como esta enforma {*fit*} o método de *O Capital* de Marx” (Arthur, 2004, p.4). O alvo é discernir teoricamente o talhe sistemático dessa construção lógica, ou seja, como os conceitos se articulam a fim de perfazer uma totalidade categorial que expressa toda a riqueza da concretude capitalista. Não como uma descrição do devir histórico do capital, do processo pelo qual as categorias constantes vieram a tomar a feição ou a configuração que têm, mas do modo no qual estas vigoram e operam reciprocamente como uma lógica que formata o sistema do capital.

Para tanto, diferencia dois tipos de dialética em Hegel: uma cujo caráter é histórico, que descreveria a dialeticidade imanente que regularia o curso do desenvolvimento das diversas épocas; outra, denominado por ele de *sistemática*, cujo resultado dos desdobramentos é “a articulação das categorias designadas para conceitualizar uma totalidade concreta existente” (Arthur, 2004, *idem*). Baseado nessa distinção, Arthur pretende redefinir a abordagem mesma da dialética, fazendo com que essa seja tomada não mais como no registro preferencialmente histórico, mas rigorosamente categorial. O autor tem em mira a produção de um novo entendimento que supere o referimento extremamente frágil no que respeita à compreensão dos movimentos de determinação dialética. A determinação não se daria mais apenas a partir dos horizontes da historicidade das categorias, do entendimento de como estas vieram a ser no decurso do desenvolvimento das formações sociais, como gênese localizada, mas agora na apreensão da lógica que as conforma *no* modo de produção capitalista. A dialética mesma sofreria assim uma mutação essencial de sentido. Seria a compreensão logicamente formatada das conexões e transições categoriais que caracterizam o capital como sociabilidade particular. Essa transformação semântica comportaria implicações em duas dimensões de racionalidade:

No nível filosófico, é um caminho do funcionamento com conceitos os quais se mantêm abertos e fluidos, e acima de tudo sistematicamente interconectados. No nível metodológico, põe a ênfase sobre a necessidade para uma clara ordem de apresentação, a qual, entretanto, é não linear, no que concerne ao ponto de partida é não empírica ou axiomaticamente dado, mas necessita de interrogação (Arthur, 2004, p. 5).

Essa dupla mutação de significação apontaria para uma nova modalidade de determinação dos próprios conceitos, transferindo, de certo modo, o que antes caracterizava a compreensão dialética das grandes transições históricas para o terreno da determinação das categorias. A relatividade ou reflexividade das categorias assumiria o talhe dinâmico como caráter da própria articulação categorial. A não linearidade é identificada como o centro tanto da delimitação do *objeto*, de seu estatuto de ser, quanto da definição das estratégias correspondentes de apreensão dos nexos da realidade. A fluidez e a abertura que demarcam esse suposto novo entendimento das categorias não se estabelecem, entretanto, como variáveis de indeterminação. Ao contrário, o papel da dialética como forma de encadeamento e relação entre as categorias garantiria a posição da reflexividade recíproca como norma da articulação. A posição de, por assim dizer, uma historicidade interna ao encadeamento categorial faz com que a construção marxiana, na qual as diversas formas determinativas da produção capitalista são apresentadas, seja entendida como uma sequência onde instâncias de determinação se sucedem em função de sua completude ou complexidade. Sequenciamento categorial cujo alvo é a reconstrução conceitual de uma totalidade dada, do sistema de produção em seus diferentes momentos:

Minha própria visão parte da premissa que a teoria faceia *{faces}* uma totalidade existente, que conseqüentemente em compreendendo-a por completo, analisando-a em seus momentos, se a desnatura; quando os momentos são abstraídos da totalidade, o esforço para *reconstruir* a totalidade, identificando completamente a inabilidade da categoria em exame em cada estágio de compreensão em si mesmo; por isso a dialética move para o que é mais compreensivo (Arthur, 2004, p. 6).

O que parece tornar a lógica da *aufheben – supressunção*, em termos estritamente hegelianos, ou, *superação*, num entendimento

marxista genérico – uma *démarche* de arquetônica teórica. A incompletude ou *inability* intrínsecas de cada momento categorial faria com que a articulação categorial fosse “empurrada” em direção a níveis de determinação mais precisos. Um sistema dinâmico ou uma dinamicidade sistêmica na qual os diversos estádios ou *momentos* se enquadram, ao menos parecem enquadrar-se, a partir de um caráter lógico absolutamente imanente e inerente, necessariamente posto pelas virtudes e déficits do desenvolvimento que se expõe. A dialética é o *discurso do sistema*. Por isso, a apresentação categorial aparece como tendo mais importância que a própria marcha da analítica exposta.

Nesse sentido, o caráter sistemático da dialética hegeliana se ajustaria com perfeição à propositura ao mesmo tempo como modo de apresentação lógico, isto é posto normativamente, bem como uma modalidade para a qual a natureza dinâmica dos liames e dos termos da relação é uma pressuposição básica. Bem ao gosto hegeliano, a natureza reflexa ou de mão-dupla das conexões categoriais não somente pertence ao escopo da teoria, mas se dá já nos quadros da relação constitutiva da *episteme*. Nesse diapasão, Arthur considera como elemento principal para o entendimento correto da dialética sistemática a *reflexividade da relação sujeito-objeto*. É uma armação teórica cujo vigamento se localiza na noção de *sistema* concebida como idêntica àquela de *totalidade*. Uma totalidade sistêmica que abarca num mesmo conjunto de movimento a coisa faceada e a atividade da consciência que a faceia.

A fim de realizar sua propositura assim delineada, Arthur propõe não somente uma retomada de Hegel, mas numa investigação escoimada dos atulhos acumulados pela história das interpretações da dialética pela vulgata marxista, mas assevera explicitamente que esse projeto implica numa *new reading of Hegel*. Nesse âmbito, o próprio modo como tradicionalmente a dialética hegeliana é vista em confronto com a modernidade é modificada. Não apenas se trataria de uma teorização na qual a forma da liberdade é concebida teleologicamente como realizada no mundo moderno, mas também compartilhando com esse um aspecto essencial do seu próprio paradigma. A sistematicidade assume aqui um caráter amplo e pleno de consequências, extravasando o campo

propriamente do teórico, do filosófico; estando, por assim dizer, em anterioridade ontológica frente a este. Os apanágios do sistema, tais como a *abstratividade*, a *universalidade*, a *reflexividade* etc., passam a pertencer à esfera da própria totalidade existente como tal. Arthur pretende identificar um paralelismo entre o talhe sistemático da especulação e aquele que configura o capital como modo de produção ou totalidade categorial articulada. Por conseguinte, o capital seria como também *racional*, na acepção hegeliana da palavra. A esse respeito afirma que

(...) a lógica de Hegel pode ser tomada {*drawn*} deste modo em um estudo do capitalismo, porque o capital é um objeto muito peculiar, fundado em um processo real de abstração na troca, em muito semelhante ao modo como se dá em Hegel a dissolução e reconstrução da realidade, como predicado do poder abstrativo do pensamento (...) (Arthur, 2004, p. 8).

Partindo dessa concepção sustenta haver uma conexão categorial entre as noções de *infinito* em Hegel e de *capital* em Marx. Dentro de certos limites, analogicamente, mas tão somente nessa significação, em muito lembra a observação marxiana acerca da comunidade abstrativa entre o *Estado Moderno* e a *filosofia hegeliana do direito*, encontrada na *Crítica da Filosofia do Direito, Introdução* de 1843¹. Entretanto, o que se deve assinalar com ênfase aqui, o qual tem consequências de monta, é o fato de transparecer com força a tese da existência de uma *homologia ontológica* entre a forma objetiva da efetividade e a forma da racionalidade discursiva. À objeção de que tal argumentação quando muito produziria uma visão hegeliana apenas renovada, atualizada, na qual a dialeticidade ainda estaria imanente ao mundo do capital como sistema categorial racional e, em consequência, afirmando um modo positivo de entender a ambos, como realização máxima da racionalidade, Arthur responde que:

Para um verdadeiro hegeliano, se o capital pôde ser mostrado incorporando a lógica do conceito, isto seria uma coisa esplêndida. Mas para mim, o verdadeiro fato que torna o capital homólogo com a Ideia é

¹ Cf. Marx, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, Boitempo Editorial, São Paulo, 2005, p. 151.

uma razão para critica-lo como uma realidade invertida, na qual abstrações automoventes põem-se acima {*upper hand over*} aos seres humanos (Arthur, 2004, idem).

No entanto, o simples apontamento para a lógica real do *fetichismo*, do ponto de vista da determinação das categorias, em nada altera o problema real da suposição ontológica sistêmica assim posta. O caráter especulativo imputado ao real, como um por-si, permanece como um ponto a ser objetado: a conjectura numa lógica incorporada, ou realizada, por um ente e/ou processo finitos.

A supracitada homologia entre o efetivo e o ideal, mediante a transformação da noção de *sistema* em chave de entendimento, que Arthur concebe mesmo a idealidade como uma forma do processo real de intercâmbio de mercadorias. Nesse caso em especial,

(...) por boas razões materiais uma realidade objetiva tem a figura de uma idealidade. Para essa idealidade, ainda que sempre incorporada ao começo nas mercadorias e nas relações destas, categorias lógicas são efetivas porque dispositivos de sinalização {*signalling devices*} que regulam o mercado são por certo abstrações, abstrações reais, não abstrações do pensamento, é claro (Arthur, 2004, p. 9).

Para sustentar sua argumentação, toma como exemplo disso a forma dinheiro, a qual “permanece em uma relação, antes *lógica* que *material* para com as mercadorias”. 9. É importante notar como a aproximação interpretativa, uma vez enviesada pelo seu logicismo, toma a determinação formal sem mais como algo de caráter lógico. E isso, em nada se altera pela aposição de sua conformação particular dialética. O aspecto formal, que em Marx, como já se viu anteriormente, remete antes de tudo a uma *determinada forma de ser atual* de entes ou processos, assume desmesuradamente a roupagem de uma determinação lógica. A relação entre dinheiro e mercadoria, a qual é delimitada pela forma da produção, a produção ampliada e reprodutível do mais-valor, é apresentada como uma conexão cuja *démarche* se estabelece *a priori* pela via de um enquadramento lógico particular. Obviamente,

as formas de ser – ou do ser – de entes ou processos sociais não possuem a objetividade que caracteriza o conjunto de propriedades materiais ou concretas dos produtos em seus valores de uso. O que não significa, entretanto, que a sua relacionalidade como valores necessariamente tenha de pautar-se por uma figuração lógica qualquer. Bem entendido, quando o autor inglês remete a um ordenamento lógico das categorias não está a indicar uma articulação categorial, uma concatenação de determinações em termos genéricos, mas tem em mira precisamente o modo como isto é formulado no interior de uma concepção articulatória de termos particular. A palavra *lógica* tem aqui um sentido extremamente técnico. Mais à frente assevera mesmo haver “uma afinidade entre a ‘Ideia’ de Hegel e as relações e as relações estruturais entre mercadorias, dinheiro e capital, mas somente em razão de certas propriedades muito peculiares da economia monetária” (Arthur, 2004, p.10).

Esse ponto de partida não deixa de ter consequências de monta para outros elementos ou problemas correlatos. A pretensão de que o *capital* como forma de ser social da produção da vida humana possa ter alguma homologia essencial, traz como resultante necessário uma retroação do terreno do método para aquele das determinações mais ceteriores da teoria. Nesse sentido, “Marx pode ter tomado a lógica de Hegel simplesmente como uma ajuda para a exposição, mas para mim o vigaamento {*framework*} lógico tem importância *ontológica*” (Arthur, 2004, p. 9). Ou seja, Arthur tem plena consciência de que não é possível sustentar a tese do paralelismo homológico entre o dialético e o real sem que a posição mesma acerca do que constitui o finito passe incólume. Aqui se tem claramente o quanto se trata mais de um projeto de renovação da dialética, que busca arrimar-se na pretensão da forma teórica ou fundacional à crítica da economia política, que propriamente de intelecção da cientificidade de Marx. Tal se corrobora na medida em que as afirmações acima se dão a contrapelo do próprio texto marxiano, o qual não apenas explicita seu fundamento (*grundlage*) como algo distinto do de Hegel, mas expõe o reconhecimento deste como o *exato oposto* ao da especulação. Além disso, a analítica categorial das formas de ser atual, no curso da qual as determinações são extraídas e, posteriormente, ordenadas segundo

a existência mesma do complexo finito real, é simplesmente ignorada. Ocorre em Arthur o que se verifica em grande parte da tradição interpretativa sobre o pensamento marxiano. Primeiro, o modo dos procedimentos é transformado no *núcleo duro* da cientificidade. Depois, o modo de pesquisa é recoberto por aquele da apresentação, como se o fundamento mesmo do analítico, o reconhecimento do finito como *síntese de diferentes determinações*, não existisse e tivesse de ser “resolvido” por sua ancoragem numa suposta lógica imanente e autônoma do discurso. Em outros termos, a remissão ao estatuto das categorias como *Existenzbestimmungen* é olímpicamente abandonado, em favor da dilucidação do modo como, supostamente, a lógica dialética hegeliana fundamentaria *O Capital*. E por fim, ao menos no que tange a Arthur, tratar-se-ia de construir um modelo de correspondência entre os momentos constantes da crítica da economia política e aqueles da *Wissenschaft der Logik*. Nesse contexto, opera-se obrigatoriamente com uma identidade conceitual que, não obstante seja reputada e expressa como autoevidente, não possui validade em Marx. Totalidade, noção que efetivamente habita o ecossistema teórico marxiano, é tomado como idêntico a sistema, conceito que, ao contrário, não aparece como elemento constante da armação argumentativa de Marx. Dizer-se *totalidade* ou *totalidade orgânica*, ainda que se possa arcar com certo ônus filosófico, não tem o mesmo peso específico que a noção de sistema. Uma totalidade não exige de seus momentos um enquadramento fechado ou encadeamento férreo do ponto de vista da acentuação determinativa recíproca das categorias. Uma totalidade orgânica não tem como caráter necessário a sua sistematicidade, mas tão somente a conexão funcional de determinações, a partir da qual se admite muito tranquilamente seu não fechamento ou seu desequilíbrio. O que mais de uma vez se observa no curso da exposição marxiana da produção capitalista.

Não obstante, o fôlego teórico e certo nível de sofisticação, desvela-se então, como o que está em questão não é tanto capturar teoricamente a configuração conceitual marxiana como um *objeto* de investigação por-si, mas confirmar a atribuição de sentido dialética. Ou seja, ao posicionar o pensamento marxiano na mesma

alçada filosófica que o hegeliano, todo o problema no fundo se resume à armação de formas lógicas de aproximação do discurso.

Bertel Ollman. Ollman, ao contrário de Arthur, não tem como motivação principal a determinação do caráter da cientificidade marxiana, bem como da posição que no interior desta a dialética. Ao menos a princípio, as suas indagações são dirigidas pelo *telos* de entender o pensamento de Marx em suas diferentes dimensões – ciência, crítica social, prospectiva e revolução – como uma totalidade reflexiva. Por conseguinte, pretende opor-se ao que considera o ponto de vista dominante das aproximações comumente operadas frente à obra do pensador alemão. Na maior parte das vezes,

Ciência, crítica, visão, estratégia para revolução são ordinariamente entendidas aparte uma da outra – alguns [dos autores tradicionais] sustentariam que estas eram logicamente incompatíveis – muitos interpretes do marxismo têm enfatizado somente um ou um punhado destes temas enquanto rejeitando ou trivializando os outros (Ollman, 2003, p. 2).

Nesse sentido, sua crítica se volta a estabelecer, ou restabelecer, uma imagem unitária do marxismo. Repondo como centro o conjunto de nexos entre aquelas problemáticas que, segundo ele, caracterizam *au fond* o marxismo como propositura intelectual. Essa imagem unitária ou combinatória de escopos e níveis de reflexão teria como eixo orientador a posição mesma da compreensão do capital como momento historicamente superável por outro mais superior, o comunismo.

Não por acaso inicia sua exposição fazendo alusão ao que denomina de *Tales of Two Cities*, a suposta narrativa histórico-social acerca da transição de um estado societário para outro, a qual estaria implícita no discurso do marxismo. A cientificidade tomaria lugar na integralidade do refletir marxista como a posição do conhecimento que faculta tanto a possibilidade quanto a propositura dessa transição. Nesse contexto, o projeto de Bertel Ollman pode ser caracterizado pelo título de um dos capítulos de *Dance of the Dialectic: Putting Dialectics to Work*. Ou seja, no fundo

trata-se de recuperar a vitalidade da leitura dialética de mundo como modo de pensar e ferramenta teórica que possa mediar idealmente a marcha à frente, tornando possível pensar cientificamente a posição de um além do capital. A ciência assim, não teria validade em Marx senão no interior dessa totalidade integral de pensamento e em vista da promoção das suas outras dimensões constitutivas. De certa maneira, às *três origens*, que constituem a tonalidade tradicionalmente dominante do *amálgama originário* desde Kautsky, Ollman faz substituir quatro aspectos ou partes do marxismo.

Desse modo, a *filosofia das relações internas*, como nomeia Ollman o padrão de pensamento marxiano, é uma propositura teórica cuja gênese se situa não no terreno da delimitação epistêmica da cientificidade, mas naquele atinente à questão da *alienação*. Tema que, aliás, foi seu objeto de estudo acadêmico inaugural (Cf. Ollman, 2003, p. 4), como fenômeno social intensamente vivido no mundo do capital, aliado ao da sua possível superação pela efetivação da forma societária comunista. Assim, pelo fato de o marxismo pretender a apreensão intelectual dos liames entre as determinações e categorias constantes da produção capitalista, deveria ele mesmo ser entendido a partir de uma perspectiva interpretativa que apanhe os nexos existentes entre os seus diversos elementos ou objetos de investigação.

A questão decisiva no que respeita ao entendimento do pensamento de Marx, para o autor norte-americano, é proceder a identificação do seu teor filosófico, ou seja, a definição do que o constitui como discurso reflexivo. Ollman, como já se mencionou acima, o determina como *philosophy of internal relations*. A lógica interna que preside o encadeamento das categorias e descreve seu ordenamento necessário. A reflexão marxiana se proporia então, como qualquer propositura autenticamente científica a rastrear, delinear e expor a série de conexões imanentes, mas invisíveis, que subjaz à efetividade social. À cientificidade caberia a *search of relations*, “(...) especialmente relações as quais não são imediatamente óbvias, e em estudando o capitalismo Marx descobre relações entre o que é, o que poderia ser, o que não deveria ser, e o que poderia ser, acerca de tudo” (Ollman, 2003, p. 2). O que evidencia mais uma vez a interdependência e a reciprocidade que

assinalaria o talhe peculiar da elaboração de Marx. Porquanto no interior desta se ponham concertadas determinadas esferas – a do conhecimento teórico-científico, a do juízo de possibilidade e a da propositura de ação – as quais, em geral, apareceram sempre na tradição filosófica ocidental em separado e como questões pertencentes a horizontes reflexivos distintos e até inconciliáveis. Afora isso, o escopo do pensamento científico seria no fundo a decifração dos liames determinativos essenciais, os quais, em que pese seu caráter definidor, não é algo *immediatly apparent*. Encontrar o ordenamento das categorias equivale por isso a deslindar o modo como estas se concatenam e se determinam reciprocamente. Nesse contexto, a delimitação da cientificidade marxiana equivale a definir o estatuto de sua filosofia, que o arrima como propositura de pensamento sobre o real. Tal delimitação teórica revela, no mesmo sentido preponderante da tradição marxista desde fins do século XIX, um arquétipo de formulação filosófica que em realidade é,

(...) um reporte {*carryover*} do aprendizado de Marx com Hegel, o qual trata as relações em que tudo se põe como parte essencial do que é, de modo que uma mudança significativa em alguma destas relações registra-se como uma mudança qualitativa no sistema do qual é parte (Ollman, 2003, p. 5).

Em outros termos, aqui se explicita não somente a maneira hegeliana de considerar a reflexividade das categorias, mas, e principalmente, conseqüentemente, o entendimento do existente como regido por uma lógica necessariamente sistêmica. Igualmente, reafirma-se igualmente a pretensa herança especulativa operando no interior da crítica da economia política. A vertebralidade do exercício científico de Marx é dada pela forma lógica dialética na qual os conceitos estariam concatenados. A conexão entre os diversos momentos categoriais que integram e constituem, a cada passo, a reprodução do existente, ente ou processo, como *Gedankenkonkretum* é tomada já como uma resultante do método dialético e, por conseguinte funciona ao modo de um sistema. Como palavra-chave, *sistema* opera como uma forma de promover coesão necessária entre as noções de *totalidade* e de *relação*. Consistindo o

método dialético essencialmente numa lógica rigorosa de identificação, ou atribuição, de inter-relações entre termos ou elementos. De certo modo, tem-se, a partir de pressuposições distintas das de Arthur, a atribuição da lógica sistêmica como a verdade das formulações marxianas. Procurando responder às possíveis objeções da propositura dessa presença da especulatividade hegeliana nos quadros do pensamento marxiano, Ollman enumera em seu auxílio um conjunto de referências teóricas do marxismo. De Lukács a Marcuse, passando por Sartre e Goldmann, segundo ele, atestariam que “a rejeição do idealismo de Hegel por Marx não inclui a filosofia das relações internas daquele” (OLLMAN, 2003, idem). Como pressuposto básico de uma propositura desse talhe se encontra, em termos ontológicos, ainda que de modo implícito, outra versão da *homologia*, ou ao menos, de uma *continuidade estrutural*, entre o lógico e efetivo. Nesse sentido,

(...) as interconexões que constituem o padrão-chave {*key pattern*} no capitalismo, a dialética que conduz o próprio sistema capitalista, como o padrão dos padrões, põe à “vista” {*into “sight”*} e torna algo real que requer sua própria explanação. Em um mundo composto {*made up*} de processos mutuamente dependentes, de qualquer modo, as interconexões entre as coisas inclui os vínculos destas para suas próprias precondições e futuras possibilidades, bem como tudo o que as está afetando (e o que estas estão afetando) agora mesmo (Ollman, 2003, p. 4).

Como se vê, não obstante essa visada totalizante, a compreensão do pensamento marxiano tem como ponto fulcral o método dialético herdado da filosofia hegeliana. A dialética seria o componente fundamental do todo reflexivo que ao mesmo tempo deslindaria as relações internas que perfazem o concreto social e também definiria a própria forma nas quais as conexões imanentes a todo sistema. O que coloca Ollman, de modo duplo, numa *démarche* idêntica a dos autores os mais tradicionais do pensamento filosófico a respeito do conhecimento. De um lado, o mais geral, no fim das contas, o acerto ou não de uma propositura teórica é medido em função do método ou da esfera dos procedimentos que advoga. Por outro lado, no que tange especificamente à identificação do padrão científico de Marx, a resolução em última instância é dada pelo remetimento deste à dialética fundada por Hegel.

Uma vez tendo demarcado a natureza e alcance da *philosophy of internal relations*, nosso autor examina no capítulo, já acima referido, *Putting Dialectics to Work*, uma das questões mais importantes para o entendimento da cientificidade marxiana: o estatuto das abstrações e a conexão destas com a efetividade. Sendo que a dialética é concebida como idêntica à forma da articulação discursiva, e real, das categorias, torna-se inevitável esclarecer a própria definição das abstrações dentro do *modus* marxiano de pensar. Porquanto essas sejam, num primeiro nível epistêmico, a imagem das determinações reais no exercício do pensamento, a indicação precisa de seu caráter e função na crítica marxiana da economia política é uma tarefa essencial. Por isso, Ollman se põe a seguinte questão: “O que há, então, de distintivo acerca das abstrações de Marx?” (Ollman, 2003, p. 63). Ollman parte para essa empreitada disposto a determinar se há realmente esse cunho diferenciado na concepção marxiana da abstração. No entanto, o faz pensando em termos estritamente epistêmicos ou gnosiológicos. Parte, por conseguinte, do pressuposto de que o fundamento da ordem dos procedimentos, que se situam no sítio das determinações do real por-si, está já efetivamente dominado, discutido e suficientemente compreendido, bem como não exerce nenhum papel permanente na economia interna do pensamento de Marx. Assim,

(...) representando o processo de abstração de Marx como uma atividade predominantemente cônica e racional, eu não pretendo negar o enorme grau nos quais os resultados acuradamente refletem o mundo real. De todo modo, as fundações realistas do pensamento de Marx são suficientemente (ainda que não por meios adequados) entendidas para serem tomadas por já dados, enquanto nos concentramos no processo de abstração como tal (Ollman, 2003, *idem*).

Desse modo, o que é importante para a retomada do pensamento marxiano, a apreensão de seu *Grundlage*, do reconhecimento da legalidade e da autossuficiência por-si do finito, do existente, é tratado como um mero momento primacial, que não desempenharia mais uma função relevante com relação ao *processo of abstraction as such*. O quanto isso pode ser inadequado para o entendimento dos procedimentos marxianos se evidencia de pronto porquanto se

considere a extrema proeminência atribuída por Marx a *viagem de retorno*, no curso da qual as abstrações são cotejadas com a efetividade e ganham, por meio disso, um grau maior de concreção. A centralidade da determinação do caráter de realidade do finito existente aparece então como uma simples *fundação realista* e não como aquilo que é: um parâmetro essencial para a racionalidade do processo científico. Por esse motivo, a lógica dialética da especulação hegeliana surge como um recurso quase inevitável para conferir coerência à esfera procedimental. Além dessa exogeneidade no que respeita à concepção de como opera a cientificidade marxiana, há que ressaltar a qualificação de *realista* imputada a esta. O que se reveste de uma curiosa ambiguidade, porquanto se possa afirmar com isso tanto que a articulação categorial já existe como tal na realidade independente do pensamento, quanto ser esta mesma forma de concatenação conceitual lógica, obrigatoriamente *dialética* para nosso autor, é o modo mesmo de ser da própria realidade. Diversamente da posição *realista* lato senso, mas não evidentemente em contraposição a ela, a marxiana seria muito melhor descrita como *materialista* ou *immanentista*, porquanto parta de um triplo reconhecimento. Primeiro, da independência do ser de entes e processos em relação ao pensar que deles se aproxima e busca apropriá-los. Segundo, da diferença essencial entre ser e pensar. E terceiro, de que o ideal nada mais é que a tradução aproximada dos nexos que vigem na forma de ser do efetivamente existe, do *sujeito real*. Não havendo, portanto, nenhuma solução de continuidade ontológica entre lógica e efetividade.

Aprofundando sua explicitação de como entende o processo de abstração na teoria marxiana, Ollman afirma que ao contrário da forma como preponderantemente se operam com os conceitos as ciências sociais,

(...) Marx delimita *{sets out}* para coisas abstratas, em suas palavras, 'como elas realmente são e sucedem', fazendo do como estas sucedem parte do que estas são. Por isso, capital (ou trabalho, ou dinheiro) não é somente como o capital aparece e funciona, mas também como se desenvolve; ou como se desenvolve, é história real, é também parte do que é (Ollman, 2003, p. 65).

É novamente patente neste passo como o autor norte-americano faz transmigrar para o interior da delimitação das categorias a ordem da sistematicidade histórica, como encadeamento necessário de momentos lógicos. Coisa que se explicita com ainda mais força quando tenta exemplificar expositivamente o modo em que se dá essa determinação sistemática com relação a um conceito central da teoria de Marx acerca do moderno modo de produção da vida humana, o de *capital*:

(...) capital, para Marx, não é simplesmente o meio material de produção usado para produzir riqueza, como é abstraído na obra de muitos economistas. Antes, inclui os estágios iniciais no desenvolvimento desse meio particular de produção, ou 'acumulação primitiva', certamente, tudo o que tornou possível para produzir-se o tipo de riqueza da maneira como se faz (nomeadamente, permite a riqueza tomar a forma do valor, alguma coisa produzida não por causa de sua utilidade, mas com o propósito de troca) (Ollman, 2003, *idem*).

Primeiramente, cabe chamar a atenção para o fato de que *capital*, para Marx, é antes de tudo o mais, uma relação social historicamente determinada, sob a qual se desenrola a produção da vida humana como criação de excedente em valor. É uma dada forma social de ser atual assumida pela atividade produtiva e pelos produtos dela resultante. É um caráter determinativo que delimita o modo de existência concreto de indivíduos, coisas e conexões sociais. Os meios de produção *se revestem* dessa forma social, são usados e mobilizados dentro dos marcos definidos por essa relação social, *valem (gelt)* como capital. Que o capital seja, como todas as formas concretas de existência social, dinâmico, tenha um talhe histórico e, mais ainda, possa alterar-se em suas mediações e no modo como os liames societários funcionam sob sua regulação, é um problema de outro tipo. O essencial para o entendimento da categoria não é, ao menos primeira e primariamente, o de seu evoluir histórico, o modo necessariamente contingente como certas condições e elementos objetivos da produção vieram a tornar-se capital, mas o que faz com que estes meios e produtos se convertam em capital. Ou seja, em virtude de que as coisas tornam-se mediações objetivas de extração de mais-valor, de promoção da valorização do valor. Por conseguinte, em segundo lugar, o *concept*

of capital itself se refere a esse caráter social determinado da produção, e não a um produto de uma dialética pela via da qual, formas puras ou determinações transmutadas em sujeito se encaminhem no curso de “seu desenvolvimento” para a realização da *Idee*. Ollman, ao contrário, toma a dialética tão a sério que transporta a historicidade lógica, pela qual as categorias se conectam num curso prenhe de necessidade, para dentro da própria determinação de existência. Nesse sentido, afirmar que “A história do capital é parte do capital, compreendida na abstração de capital o qual Marx produz, e parte do que ele quer transmitir com o que o conceito Abrange {*covering*}” (OLLMAN, 2003, p. 66). A processualidade em seu modo especulativo tende a converter determinações de existência, categorias ou aspectos objetivamente postos em *momentos* de desenvolvimento. O fato de o capital ser também uma totalidade produtiva, um dado *modo de produzir*, gera, sob a *démarche* de aproximações desse talhe, a aparência de que se trata de um desenrolar categorial. A história (*como se deu*) é transmutada em dever lógico (como um *se deu necessariamente como tinha de dar-se*), se encontrando então decalcada e transformada em mero roteiro da *Idee*. Compreender a troca como *momento* de realização do mais-valor, e da conseqüente reprodução da riqueza *como capital*, se converte numa mediação sistêmica. O que vai de encontro às observações de Marx, constantes da *Einleitung 1857*, segundo as quais a compreensão determinativa da categoria não se identifica forçosamente com a narrativa de sua gênese histórica efetiva. O que está em operação aqui é a pressuposição da sistematicidade categorial, que converte a história em movimento de engendramento da infinitude – que, no caso, seria o capital – e as demais formas de existência em momentos absolutamente subsumidos logicamente.

A processualidade contínua das formas sociais, o fato de que estas, para além da sua aparente disposição fragmentária e isolada, sejam modos de realização de uma determinada maneira concreta de existir da produção é concebida como norma *a priori* de uma concatenação lógica. Nesse sentido, para Ollman,

Marx, de todo modo, acredita que na ordem para apreender {*grasp*} adequadamente o sistema de conexões que constitui como tal uma parte

importante da realidade que nele incorporada – ao longo do caminho no qual ele muda – nas várias abstrações nas quais e pelas quais se pensa sobre aquele (Ollman, 2003, p. 68).

O que poderia interrogar-se é se, de fato, seria necessário que a ordenação das categorias tomasse uma forma sistêmica. Em outros termos, processualidade e sistematicidade são obrigatoriamente sinônimas? Remeta-se aqui mais uma vez ao texto da *Einleitung zuden Grundrisse*. No trecho onde Marx observa criticamente que a propositura de uma concatenação lógico-dialética dos momentos da produção como totalidade – *produção, consumo, troca e distribuição* – na forma de um esquema ou silogismo, por meio da qual se os enquadrem como momentos do universal, do particular e do singular, é, por certo, um modo de articulá-los. Mas completa a seguir que pode muito bem ser uma maneira um tanto *superficial (flacher)*² de tomar a articulação desses. E isso porquanto não se leve em consideração as relações internas recíprocas reais de interpenetração de cada um desses momentos da produção pelos demais. A efetividade finita da produção permanece portanto, como uma instância de ajuizamento e avaliação da razoabilidade das categorias como formas ideais de apropriação da realidade objetiva. Considerando-se obviamente a conseqüente série de conexões concretas nela apresentadas; onde o consumo, por exemplo, apareça como uma determinação, em vários sentidos objetivos, da própria produção dos valores.

Para além de Hegel: o fundamento materialista da crítica. O tratamento que encontra em Introdução de 1857 o problema da relação entre o estatuto das categorias e a definição dos procedimentos adequados à cognição das conexões da interatividade social, permite colocar a questão de método conforme aparece em *O Capital* sob um ângulo diverso do predominante na tradição das leituras da obra marxiana. O desafio não é tornar palatável a pretensa absorção marxiana do método dialético hegeliano, mas o

² Cf. Marx, Karl. *Einleitung zuden Grundrisse der polistischen Ökonomie*, In *Marx-Engels Werke*, Band 42, Dietz Verlag, Berlin, 1983, p. 25.

de explicitar as bases mesmas do procedimento da crítica da economia política, a qual contempla a abordagem da relação contraditória entre as determinações que perfazem as formas da produção social capitalista. A questão do *fundamento* (*Grundlage*) – e não da *fundamentação*, como quer a tradução, altamente enviesada pelo “império da gnosiologia”, oferecida na coleção *Os Economistas*³ – do método de *O Capital* não se resolve mediante sua ancoragem numa pretensa herança hegeliana de talhe lógico, mas somente com a compreensão da sua dúplice determinação pelo objeto. Primeiro, da subsunção ativa à coisa que se investiga. Em segundo lugar, como resultante necessária do primeiro aspecto, da forma analítica de proceder.

Esse problema exige sua remissão a outro, que será referido por Marx próximo ao fecho do posfácio em questão, mas que no mais das vezes é absolutamente ignorado pelos intérpretes afiliados à convicção da existência de uma herança hegeliana que orientaria *au fond* o discurso marxiano. Referimo-nos aqui à indicação de que *se deve distinguir o modo de apresentação formal do modo de pesquisa* (*muß sich die Darstellungsweise formell von der Forschungsweise unterscheiden*) (Cf. Marx, 1998, 23, p. 27). O modo de apresentar, que se configura como uma totalidade de enunciados que têm como alvo tornar disponível à compreensão um dado conteúdo, a *crítica da economia política*, não pode ser sobreposto ou fazer recobrir àquele mediante o qual o conhecimento foi efetivamente conquistado e produzido. Ou seja, entre o modo de apresentar, o qual obviamente contém – como Marx mesmo o reconhece – uma série de elementos ou formas de mediação recolhidos ao jargão hegeliano, e o modo de descobrir as determinações, analítico por excelência, há, senão uma convivência tensa, ao menos uma diferença essencial. Quando se acentua em demasia o papel do *modo de apresentar*, extravasando sua validade para além de seu peso específico na elaboração marxiana, normalmente se perde de vista o *modo de descobrir*, aquele que caracteriza propriamente o procedimento marxiano diante da concretude social capitalista. As posições teóricas que aproximam

³ O que pode ser observado com especial clareza In: Marx, Karl. *O Capital*, livro I, Coleção Os Economistas, volume Marx I, Abril Cultural, São Paulo, 1985, p. 20.

Marx a Hegel, ou melhor, a *crítica da economia política* à *Wissenschaft der Logik* passam ao largo dessa questão e não abordam o problema do estatuto das categorias marxianas. Portanto, também tratam da resolução metodológica, a partir de uma inquirição que se centra unicamente na economia interna do discurso apresentado, sem interrogar-se pelo como se armam os conceitos assim expostos.

Como Marx procede ante a seu objeto? Dialeticamente? Deixemos pois que o próprio discurso marxiano nos ajude a esclarecê-lo: “A pesquisa tem de apropriar-se em detalhe da matéria, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e detectar sua conexão interior” {*Die hat den Stoß sich im Detail anzueignen, seine verschiedenen Entwicklungsformen zu analysieren und deren innres Band aufzuspüren. Erst nachdem diese Arbeit vollbracht, kann die wirkliche Bewegung entsprechend dargestellt werden*}. Somente uma vez efetivada essa aproximação da articulação categorial que perfaz a coisa é que possível empreender uma exposição do conhecido, na qual “se espelha idealmente a vida da matéria {*spiegelt sich nun das Leben des Stoffs ideell wider*}” (Marx, 1998, 23, idem). O que se tem aqui é uma retomada sintética da apresentação da discussão do método de *O Capital* feita por um periódico russo, citada e avalizada por Marx no *posfácio* à 2ª edição. É importante ressaltar que numa passagem, igualmente transcrita por Marx, o autor do mesmo artigo russo faz notar, ainda que de modo ácido, a distinção entre *Darstellungsweise* e *Forschungsweise*, assinalando o talhe analítico do segundo em oposição ao aparentemente idealista do primeiro.

Nesse sentido, parece ser de utilidade apanhar alguns dos pontos principais do extrato da resenha em questão, contido no corpo do posfácio. Em primeiro lugar, há que indicar o fato de o *ponto de partida* (*Ausgangspunkt*) não ser um princípio conceitual *a priori* ou uma chave de interpretação previamente interposta entre o pesquisador e a matéria examinada, nem mesmo um conceito anteriormente fixado. Como analítica, o procedimento tem sempre como referencial a *aparição ou manifestação externa* (*äußere Erscheinung*) (Cf. Marx, 1998, 23, p.26) com a qual aquela se depara. Não se trata então de uma crítica de conceitos ou formas puramente ideais, nem, por conseguinte, de prover uma articulação

cujo arrimo e balizamento se situem no terreno de uma logicidade previamente desenhada. O início do processo de pesquisa tem sempre como material a coisa tal qual ela se apresenta na efetividade social, na dimensão mais ceterior da prática social, na qual os homens reais têm de defrontar com o cotidiano e os desafios desta. Ceterioridade que é referida logo na abertura da obra, quando se indica a *äußere Erscheinung* do modo de produção capitalista: a riqueza como uma *imensa coleção de mercadorias (ungeheuer Warensammlung)* (Marx, 1998, 23, p. 49). É exatamente dessa forma de dar-se, de aparecer, da riqueza que se parte no procedimento analítico, tendo como objeto, evidentemente, não a pluralidade multiforme das mercadorias, mas a forma de existir, igualmente dada na efetividade social, que lhes são comuns: a forma mercadoria. Mas, ressalte-se, não é uma discussão acerca do “conceito” de mercadoria, ou desta como categoria epistêmica, mas uma análise, separação em partes constituintes, da forma de existir atual dos produtos do trabalho. Um segundo aspecto importante indicado na resenha russa, e que reafirma o contido em *Introdução de 1857*, é o caráter não unívoco, ou particular, das categorias. O fato de estas só poderem ser corretamente captadas e apreendidas em remetimento a um modo de existência histórico concreto da produção social. Em enlace essencial com a *differentia specifica* que determina a matriz categorial desse ou daquele modo de produzir a vida humana. A diversidade histórica da organização societária dos homens é um horizonte que delimita, e adstringe em termos de universalidade categorial, a cientificidade social. Não se deve pretender, senão como simples *abstrações razoáveis (verständige Abstraktion)* (Cf. Marx, 1983, p. 20), que as categorias tenham uma validade universal. Aqui se observa o uso de um símile no qual a formação social é comparada a um organismo, vivo por definição, com a possibilidade de modificar-se no tempo, de assumir modos de existência diferenciados, nos quais determinados aspectos sofram um processo de modulação, instaurando uma *differentia specifica* com relação ao modo anterior de ser. Ou seja, “(...) uma e mesma figura fenomênica (*Erscheinung*) subsume-se {*unterliegt*} a leis de todo {*ganz und gar*} diversas em consequência da estrutura inteiramente {*Gesamtbau*} diversa de cada um desses organismos,

da variação {*Abweichung*} em cada um de seus órgãos, das diferenças das condições etc.” (Marx, 1998, 23, p. 26).

O decisivo é encontrar e fixar categorialmente a diversidade essencial que se estabelece no curso das transformações histórias da produção social da vida humana; é capturar a particularidade de cada modo em sua *differentia specifica*. Em virtude de não ser este o momento apropriado, a discussão do sentido marxiano da noção mesma de *differentia specifica*, que tem uma importância crítica para a definição de parâmetros de diferenciação *Sub specie*, será desenvolvida na conclusão desse trabalho. Por ora, cabe deixar apontado que esse elemento da reflexão marxiana, que aparece primeiramente nos *Grundrisse*, permanece tendo no desenvolvimento da crítica da economia política um valor capital. Como corolário dessa posição, tem-se uma definição de lei social que se distancia cabalmente do modo como se entende lei nas ciências físicas. A legiferância é sempre de caráter histórico e particular. Lei é, nesse contexto, determinado padrão condicional “que regula nascimento, existência, desenvolvimento e morte de dado organismo social e sua substituição por outro, superior {*welche Entstehung, Existenz, Entwicklung, Tod eines gegebenen gesellschaftlichen Organismus und seinen Ersatz durch einen andren, höheren regeln*}” (Marx, 1998, 23, idem). Um último ponto a notar é a indicação do caráter dinâmico como um traço inerente à interatividade social. Estreitamente conectado ao tema da lei social da produção como regra mutante dependendo do caráter específico e particular da forma concreta de cada sociabilidade, a questão da própria historicidade da organização da vida societária se revela um traço importante da reflexão marxiana, nas considerações do comentador russo. Não obstante seja de talhe irremediavelmente objetivo, pois que “dirigido {*lenken*} por leis que não somente são independentes da vontade, da consciência e das intenções dos homens, mas antes, ao contrário, lhes determina vontade, consciência e intenções” (Marx, 1998, 23, ibidem), o processo da vida social não é do mesmo tipo do que ocorre na natureza. A transformação é uma constante inerente e imanente. Em que pese o teor quase objetivista que empresta ao pensamento marxiano, em virtude da acentuação tendendo à unilateralidade do momento objetivo, a apresentação russa tem a virtude de buscar articular o

modo analítico de Marx ao caráter movido e movente da própria realidade social.

O tratamento do aspecto precedentemente indicado nos remete ao tema das relações da reflexão marxiana, e de sua cientificidade, com o pensamento de Hegel, em especial, com a dialética. Mas de uma vez confessada por Marx, a presença de certos delineamentos devidos ao filósofo do Espírito foi em medida talvez ainda maior assinalada sob o signo de uma influência ou mesmo de uma filiação. Em certos casos, como o de Ruy Fausto e outros, por exemplo, o método da crítica da economia política é tratado, senão seu próprio arcabouço teórico, como *um capítulo da dialética em geral*, sendo a pretendida crise do marxismo somente uma manifestação das agruras inerentes a esta corrente⁴. Avaliação com a qual, evidentemente, o presente trabalho de pesquisa não está assente. Nesse sentido, há que reconhecer a presença hegeliana na crítica da economia política, sem, no entanto, fazer com que esta recubra o que originalmente de Marx.

Marx, mesmo admitindo as virtudes da dialética, bem como o papel de inflexão representado por Hegel, de modo algum vai simplesmente situar-se, como mais *um hegeliano*. Ao contrário, de maneira explícita e desdobrada, desde 1857, fez sempre questão de ressaltar o quanto a *démarche* de sua elaboração diferia essencialmente daquela do mestre alemão. Abundam autoindicações críticas nos manuscritos dos *Grundrisse*, nas quais fazia questão de ressaltar o necessário cuidado que a forma expressiva deveria merecer, para que o desenvolvimento da argumentação não tomasse a aparência de uma pura *dialética de conceitos*, mas que se explicitasse como uma *expressão de relações reais*⁵. Em um desses apontamentos, observa-se explicitamente que:

Será necessário mais tarde, antes de abandonar essa questão [da relação entre dinheiro e mercadoria], corrigir {*zu korrigieren*} a maneira idealista de expressão {*die idealistische Manier der Darstellung*}, a qual dá a aparência {*Schein*} de tratar-se apenas de determinações conceituais

⁴ Cf. Fausto, Ruy. Marx: Lógica e Política, Editora Brasiliense, São Paulo, 1987, p. 15-21.

⁵ Cf. Marx, Karl. Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie, Op.Cit., p. 25, 43, 85-86, 175, 340.

{*BegriffsBestimmungen*} e da dialética desses conceitos {*Dialetik dieser Begriffe*}. Portanto, antes de tudo, a frase: o produto (ou a atividade) torna-se mercadoria; a mercadoria valor de troca; o valor de troca dinheiro (Marx, 1983, p. 85-86).

Já no contexto de *O Capital*, Marx trata de explicitar com mais desdobramentos o quão diverso, em termos de pressuposições essenciais, sua posição diverge daquela da especulação hegeliana. Essa divergência não radica numa simples diferença epistêmica ou de concepção metodológica, mas depende da identificação de uma oposição cujo sentido se relaciona com a determinação mesma da concretude. O concreto, como se viu anteriormente, quando da discussão de *Introdução de 1857*, não é, para Marx, produto de uma operação ideal que sintetiza em si determinações e que, nesse proceder, ultrapassa o nível do finito, existente *aí*, positivamente, para descortiná-lo então como *momento* da transitividade de uma substância racional. É o concreto, como ente e/ou processo positivos, uma síntese dada, não percebida direta e imediatamente. Não é o ato de intelecção que confere concretude à coisa, mas é este a apropriação da concretude, por meio da concreção de abstrações, como *coisa* ou *concreto pensado*. No posfácio, do qual nos ocupamos, essa delimitação crítica reaparece de um modo ainda mais cortante, quando Marx pretende, concomitantemente ao traçamento das fronteiras entre si e Hegel, também apontar o que há de meritório, não obstante a especulatividade, na dialética. Não é de modo algum a configuração de uma lógica que permitiria plasmar teoricamente objetos quaisquer. O que Marx identifica como *den rationellen Kern* não é uma chave epistêmica ou um princípio conformador do conhecimento. Diferentemente, é o fato de a *contradição*, como um dos aspectos mais essenciais do desenvolvimento da realidade, ter tido no pensamento hegeliano, sob o nome de *dialética*, a exposição de *suas formas gerais de movimento (ihre allgemeinen Bewegungsformen)*. Reconhecimento de um mérito sem dúvida, mas situado no terreno da *generalidade*, ainda mais quando precedido e sucedido da grave ressalva de que aquele tenha sofrido uma *mistificação (Mystifikation)*, não encerra o testemunho de uma dívida ou filiação científica de larga monta. A *contradição*, como *determinação* ou *atributo* das formas de

realização e do concreto, não é na crítica da economia política, como era na *especulação, sujeito real*. Não é a contradição que se move por meio da relação antitética entre valor e valor de uso no cerne da forma mercadoria, mas é esta um *caráter* imanente à forma de ser dos produtos como realização do trabalho no processo de valorização. Entre *caráter* e *sujeito efetivo* há, pois, uma diferença essencial. A contradição não é um infinito que *se realiza* na finitude da forma das mercadorias, mas é um aspecto flagrado analiticamente, como talhe ou teor de uma relação entre duas determinações. Assim como o próprio valor, que não é, senão por meio *da* mercadoria como sujeito concreto, discreto e finito, e enquanto uma determinação desta, existindo como *figura simples* da riqueza no mundo do capital. O aspecto que encerra certa positividade na dialética é que esta *em sua figura racional* (*In ihrer rationellen Gestalt*), ou seja, como expressão dos movimentos de configuração de entes e/ou processos concretos, finitos e discretos, *no entendimento positivo dos existentes, inclui bem como, igualmente, o entendimento de sua negação, de sua necessária destruição* (*in dem positiven Verständnis des Bestehenden zugleich auch das Verständnis seiner Negation, seines notwendigen Untergangs einschließt*) (Marx, 1998, 23, p. 28).

A posição de Marx frente à especulação hegeliana se explicita de modo límpido quando assinala que “Meu método dialético é, em seu fundamento, não apenas diferente do hegeliano, mas reverso direto dele {*Meine dialektische Methode ist der Grundlage nach von der Hegelschen nicht nur verschieden, sondern ihr direktes Gegenteil*}” (Marx, 1998, 23, p. 27). A analítica marxiana, nem mesmo a exposição das contradições encontradas, não se arrima na mera adaptação ou depuração da lógica idealista em uma contraparte materialista. O que ocorre é, antes melhor, uma nova posição filosófico-científica cuja matriz se situa nos antípodas daquela de Hegel. Como *direktes Gegenteil* em comparação à especulação, o padrão reflexivo e de cientificidade marxiano se ergue a partir do reconhecimento do ser por-si de processos, entes e relações, em sua finitude e especificidade concretas. Não é o caso de uma nova fundamentação metodológica, mas de uma base, uma pressuposição essencial, a qual remete a um nível de determinação mais primário que aquele gnosiológico. A

oposição a Hegel é de natureza ontológica, é a da instância do que se define como *ser* antes daquela acerca do *conhecer*. À substancialização do pensar como sujeito Marx opõe a prioridade dos entes e processos em sua finitude e existência atual como ponto de partida e parâmetro da cognição. Como já se assinalou anteriormente, o que resulta desse posicionamento crítico não é uma simples inversão metodológica, mas uma reversão em cuja base está a identificação e o reconhecimento teóricos da autonomia do efetivo. O que resulta, sem dúvida, também numa reversão – ou inversão – do tratamento das categorias, porquanto estas não sejam mais manobradas como momentos de um sistema de realização da infinitude da *Idee*, e sim como formas de determinação do ser de um existente (ente ou processo) particular e finito. A ordem dos procedimentos se determina por aquela referente à do estatuto das categorias; e não o contrário.

Artigo recebido em 28.06.2013, aprovado em 03.01.2014

Referências

- ARTHUR, C. *The new dialectic and Marx's Capital*. Boston: Brill, 2004.
- BIDET, J. "The Dialectician's Interpretation of Capital". In *Historical Materialism*, v. 13, n. 2, p. 121-146, Aug., 2005.
- FAUSTO, R. *Marx: Lógica e Política*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1987.
- MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- _____. *Das Kapital, erster Büch*, In Marx-Engels Werke, Band 23, Dietz Verlag, Berlin, 1998.
- _____. *Einleitung zun den Grundrisse der polistischen Ökonomie*, In Marx-Engels Werke, Band 42, Dietz Verlag, Berlin, 1983.

_____. *Grundrisse der polistischen Ökonomie*, In Marx-Engels Werke, Band 42, Dietz Verlag, Berlin, 1983.

OLLMAN, B. *Dance of the dialectic: steps in Marx's method*. Champaign: University of Illinois Press, 2003.

